

Livros e Claustro no séc. XIII em Portugal:

O Inventário da Livraria de S. Vicente de Fora, em Lisboa*

No último fólio de um obituário¹ em uso no séc. XIII, e ainda hoje conservado na Bibl. Pública Municipal do Porto (Cod. 707, fl. 92), vem enunciado o elenco de livros pertencentes, provavelmente logo na entrada daquele século, à livraria dos Cónegos Regrantes de S. Vicente de Fora, na cidade de Lisboa.

Por várias vezes, e justificadamente, num período de vinte anos, tem esse elenco concitado as atenções dos especialistas universitários². O seu interesse reside obviamente não apenas no facto de nesse mosteiro ter recebido, por essa altura, formação Fernando de Bulhões, que mais tarde se consagraria como Sto. António da Igreja universal, mas nas perspectivas sobre a cultura ambiente que a análise do número e da variedade de livros ali consignados permite configurar.

Se retomamos aqui esse inventário, não é, pois, pela novidade que podemos trazer, em termos absolutos (ainda que não seja de todo inútil chamar ao centro e ao convívio de muitos aquilo que na periferia pode facilmente ficar esquecido ou no domínio de alguns poucos), mas porque, segundo a lição dos mestres medievais, apoiados aos ombros

* Este texto constituiu inicialmente comunicação lida na XXI Semana de Estudos Monásticos (25-30 de Agosto de 1986), em Santiago de Compostela.

¹ Seguimos aqui a terminologia consagrada por N. HUYGHEBAERT, *Les Documents Nécrologiques*, Lovaina, 1972.

² Publicado inicialmente por FRANCISCO DA GAMA CAEIRO, *Santo António de Lisboa* vol. I, Lisboa, 1967, p. 31 ss. (com rep. fot. em apêndice), foi comentado por ISAIAS DA ROSA PEREIRA, «Livros de Direito na Idade Média — II», *Lusitania Sacra*, 8, 1967-68, 87-92, e de novo comentado pelo primeiro em «Fontes portuguesas da formação do santo», *Itinerarium*, 27, 1981, 136-164.

dos que nos precederam, gostaríamos de intentar ver um pouco mais longe³.

1. Chamam-nos imediatamente a atenção alguns aspectos formais de estruturação do elenco e da descrição das espécies bibliográficas.

Ao todo, o inventário comporta nada menos que 60 entradas para um total de 116 volumes. Por outro lado, o registo não se limita a referir os livros existentes em depósito; enumera os empréstimos, e, nalguns casos, aponta o estado de conservação ou também a destinação das espécies. Mais ainda: parece-nos possível reconhecer a constituição de grupos específicos, organizados justamente por critérios de destinação e de empréstimo. A própria ordem na sequência dos grupos não parece também totalmente arbitrária.

Sob este aspecto, convirá acentuar que os empréstimos se encontram registados no final (n.ºs 50 a 60); imediatamente antes (n.ºs 36 a 49) vêm os livros litúrgicos, apenas ficando de fora, dado logo no registo inicial, o *Liber Capituli*, que identificaremos com o livro da *Regula*, se não mesmo com o *Martirologium* e mais provavelmente aquilo que noutros lugares recebe o nome de *Consuetudines*.

É fácil ver neste tratamento a intervenção de um conservador de livraria que administra com as devidas precauções os bens que lhe são confiados pela comunidade regrente e procura dar conta do paradeiro de cada uma das espécies confiadas à sua guarda. Mas não deixa de surpreender também que registre a destinação específica dos livros litúrgicos e que nalguns destes seja precisamente essa destinação que serve para descrever a espécie bibliográfica. Assim, no n.º 48 refere *Liber per quem benedicunt aquam*, e no n.º 49 *Duo libri per quos sepeliunt mortuos*. De igual modo, os Sacramentários e os Leccionários (n.ºs 37 a 42) trazem indicações relativas à utilização litúrgica (missas solenes ou privadas; dias de festa ou domingos). Informação semelhante apenas a encontramos no n.º 8 para *Omellie per quas legunt ad mensam in dominico*.

Por mínimos que sejam estes pormenores, não podemos deixar de reparar no que eles revelam de relação com o livro, mormente no que respeita à disponibilidade activa que exprimem anotações como as que acabamos de assinalar. Ou seja, o elenco constitui-se não tanto como

³ Por brevidade, omitimos os pontos de coincidência ou de divergência. Fique bem clara a homenagem que também com o nosso contributo pretendemos prestar ao trabalho daqueles medievistas da Faculdade de Letras de Lisboa e ao mérito da sua douta investigação.

registo de propriedade, mas sobretudo como instrumento de uso, ao serviço da comunidade regular.

Consideraremos assim que não é fruto de mero acaso que este elenco de livreria se encontre associado a um obituário em que se registam os sufrágios obrigatórios da comunidade. Se aceitarmos, aliás, a identidade de mão que faz o registo original de uma coisa e de outra⁴, aproximar-nos-emos, sem dúvida, da identificação, genérica, mas concreta, de alguém que exerce simultaneamente as funções de responsável pelo serviço litúrgico e de guarda da livreria, provavelmente durante uma boa parte do séc. XIII no Mosteiro de S. Vicente de Fora. Que anote circunstâncias tão transitórias como as de empréstimo a pessoas e entidades mais ou menos distantes (que se situam tanto no próprio mosteiro como no perímetro da cidade de Lisboa ou ainda em Coimbra e Viseu), ou que retome o registo para deixar na entrelinha a entrega de uma espécie a alguém bem determinado (cf. n.º 30, em que se indica que um dos volumes das Decretais se encontra nas mãos de Mestre Paio⁵), ou para definir o uso litúrgico, tais elementos, no seu conjunto, parecem menos devidos a uma simples intenção de constituir um inventário e mais relacionados com a transmissão de funções.

Transmissão provavelmente activa (de quem assume e procura situar-se) e não passiva (de quem deixa e entrega) exprime-se, pois, por uma relação de funcionalidade dinâmica com o livro.

Tal transmissão é, no entanto, fundamentalmente descritiva. Daí que esse factor funcional não intervenha universalmente em todos os itens. Daí também que não pareça suficiente para introduzir critérios uniformes e gerais, como seria o de critério temático, na distribuição dos restantes volumes. Seria, por outro lado, descabido e arbitrário, por falta de indicações explícitas, pretender interpretar tal distribuição a partir da frequência de uso que pressupusesse intervenção do bibliotecário.

A relação expressa é perspectivada pelas situações previstas na vida colectiva da comunidade dos cónegos regulares e não pelas solicitações individuais, independentemente da frequência com que surjam.

Mas, se fica fora do nosso alcance uma relação analítica de conteúdo coordenada com o registo de inventário, o elenco, no seu

⁴ Louvamo-nos aqui na análise fornecida por F. da Gama Caeiro, *op. cit.*, 1967, p. 33.

⁵ A sua identificação com um cónego de S. Vicente documentado para os anos de 1213 e 1219 parece possível; cf. *Id.*, *ib.*.

conjunto, e só por si, pode e deve ser tomado como testemunho culturalmente significativo.

2. Faltam-nos, é certo, termos de comparação, simples e operativos, que nos permitissem situá-lo no tempo e no espaço geográfico da sua constituição. Efectivamente, nem mesmo o prestigioso Fundo de Alcobaça, apesar dos elementos já trabalhados e reunidos⁶, consente uma aproximação directa e imediata.

Por outro lado, neste inventário, nem todas as espécies estão também explicitamente definidas quanto ao conteúdo. Casos haverá, como no do n.º 29⁷, em que duvidaremos se o título *Cantica Canticorum* contém só este livro bíblico ou se não é antes e apenas o primeiro texto que abre o códice, ou, por outra, se não se tratará antes de um Comentário aos Cantares, como o de S. Gregório Magno ou o de S. Bernardo.

Duas entradas, sobretudo, nos deixam dúvidas de identificação. A primeira é a do n.º 22, com o título *De iure constitutionis nature humane*. Mau grado a ausência nos repertórios consagrados, mas porque tal título corresponde a um conteúdo, defenderíamos a hipótese de estarmos perante uma variante para o título da obra de Inocêncio III que o editor moderno intitulou de *De miseria conditionis humane*⁸ e cuja tradição manuscrita nem sempre é constante (no Alc. 380, por ex., aparece sob a forma de *De uilitate conditionis humane*).

⁶ Julgamos ter dado alguns contributos para isso em alguns trabalhos mais ou menos parcelares, de carácter codicológico, sobre o Fundo Alcobacense da Biblioteca Nacional de Lisboa. Seja-nos permitido remeter nomeadamente para: «Em busca dos Códices Alcobacenses», *Didaskalia*, 9, 1979, 279-288; «Diferenças e continuidade na encadernação alcobacense: sua importância para a história do scriptorium de Alcobaça», *Revista da Faculdade de Letras*, 1983, 136-157; *Encadernação Portuguesa Medieval — Alcobaça*, Lisboa, INCM, 1984; «Les reliures médiévales du Fonds Alcobaça de la Bibliothèque Nationale de Lisbonne», in *Calames et Cahiers (Mélanges ... Gilissen)*, Bruxelas, 1985, 107-117; «Um testemunho da tradição hispânica dos *Moralia* in *Iob*: Lisboa, Alc. 349 — Subsídios para o seu enquadramento», *Archivos Leoneses*, 79-80, 1986, 213-331. Para uma perspectiva das livrarias medievais em Portugal, além da bibliografia já citada, da autoria de F. da Gama Caeiro e de Isaías da Rosa Pereira, cf. A. CRUZ, *Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média, I: Observações sobre o scriptorium e os Estudos Claustrais*, Porto, 1964; P. e AVELINO DE JESUS DA COSTA, *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*, Coimbra, 1983; IDEM, *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*, Braga, 1986. Pela nossa parte intentámos uma interpretação da circulação de livros no Portugal medievo na nossa comunicação ao Colóquio sobre a circulação de manuscritos entre a Península Ibérica e a Europa, celebrado em Santiago de Compostela, 16-19 de Setembro de 1982, sob o título «Concentração, dispersão e dependências na circulação de manuscritos em Portugal nos séculos XII e XIII».

⁷ Servimo-nos do número de ordem para remissivas, embora ele não conste do original. Aceitamos, de resto, a forma de apresentação dos editores que nos precederam, procedendo a correcções quando elas nos pareçam necessárias.

⁸ ROBERT E. LEWIS (ed.), *Lotario dei Segni (Pope Innocentius III), De miseria conditionis humane*, Univ. of Georgia Press, Athens, s/d.

Também aqui o conteúdo não deveria limitar-se a este texto, o qual não ocuparia normalmente mais que uns vinte fólhos, (como o de ms. da B.P.M., Porto, 102, fol. 102, fol. 87-107). O segundo caso duvidoso surge-nos no n.º 24, cuja entrada pôde muito justamente ser lida como *III Custumes et unus illorum est uetus*. A forma *custumes*, embora aceitável como vulgarismo, é estranha dentro de um elenco redigido todo em latim. A ser interpretado como *Costumeiro*, esperaríamos, naturalmente, a forma *Consuetudines* ou *Constitutiones* (como acontece com o Cod. 74 de Santa Cruz de Coimbra). Mesmo assim, *estranharíamos que houvesse nada menos que três volumes além do indicado no primeiro registo, para uma obra que apenas se justificava para utilização colectiva e não individual. É certamente arriscado propor qualquer outra forma de substituição e só por mera hipótese se poderá aventar a de *Betunie(nse)s*, por sugerir o nome de Evrardus Betuniensis, o autor do *Graecismus*, mal grafado por ignorância do inventariador. Menos probabilidade, talvez, teria uma outra hipótese de *C(hronica) Tunie(nsi)s*, por *Chronicon* de Victor Tunenense, que sabemos ter existido num códice de Alcobça, hoje perdido, mas ainda consultado por Fr. António Brandão, em princípios do séc. XVII⁹.*

Dúvida subsistirá também para os n.ºs 51 e 52 quanto à interpretação de *De itinere*, associado ao nome de dois utilizadores (Maurilino e Gonçalo Moniz). Na versão portuguesa dos *Autos dos Apóstolos* de Bernardo de Briuergera, fala-se de um *Livro da Carreira de S. Clemente* e sobretudo de um *Livro do Caminho*, que mais não é que o livro das *Recognitiones* do Pseudo-Clemente, na versão de Rufino, o qual já em tempos de Gelásio e Nicéforo aparece com o nome de *Itinerarium*¹⁰. Aqui, todavia, somos levados a pensar sobretudo no *De itinere deserti* de Ildefonso de Toledo que por vezes aparece sob o título de *De progressu spiritalis deserti*¹¹. Não será, porém, de excluir a hipótese de se tratar de algum manual que acompanhava o cônego regente no seu trabalho pastoral longe do mosteiro.

O *Liber Odonis Abbatis*, do n.º 15, constitui também designação demasiado vaga que não deixa perceber qual a obra de Odão de Cluny a que se refere. Entre elas sabemos que ocupava lugar de relevo no

⁹ AIRES AUGUSTO NASCIMENTO, «Em busca dos Códices Alcobacenses perdidos» *Didaskalia*, 9, 1979, 279-288; «Três notas Alcobacenses: um Códice perdido; um Livro de Milagres; Concordâncias Bíblicas», *Didaskalia*, 12, 1982, 185-194.

¹⁰ Cf. MÁRIO MARTINS, *Estudos de Cultura Medieval*, II, Braga, 1972, p. 192.

¹¹ VICENTE BLANCO e JÚLIO CAMPOS (eds.), *San Ildefonso de Toledo, El Camino del desierto*, Madrid, BAC, 1971.

âmbito medieval o livro das *Collationes* (que efectivamente também se encontrava na livraria de Alcobaça: BNL, Alc. 70). Mas não será de excluir a hipótese de estarmos perante a *Excerptio Moraliū*, onde se retêm sobretudo as interpretações místicas e morais dos Comentários sobre o Livro de Job, do Papa S. Gregório Magno¹².

As *Sententie* do n.º 25 serão muito provavelmente os *Sententiarum Libri Tres* de Isidoro (PL, 83, 537-738); o epíteto *veteres* que acompanha o título refere-se, como noutros casos, quer aqui quer em testamentos medievais, ao seu estado de conservação. Não será, contudo, de excluir a hipótese de se tratar da obra de Pedro Lombardo, ainda que fosse de esperar o nome deste autor.

Não oferece dúvidas, naturalmente, o n.º 9: *Angelus*. Trata-se obviamente da *Summa Angelus*, livro de *distinctiones* atribuídas tradicionalmente a Garnier de Rochefort, Abade de Claraval¹³ e falecido por volta de 1216, as quais, segundo consta do cólofon existente no exemplar do Fundo Alcobacense da B. N. de Lisboa (Alc. 410), já em 1219 eram copiadas em Portugal por «Egidius presbiter Leirene».

Obra similar é apontada no n.º 35, *Abel*, que há-de interpretar-se, sem mais, como a *Summa Abel* de Petrus Cantor¹⁴, a qual por vezes aparece associada com a anterior (assim acontecendo no Alcobacense acabado de referir).

Parece-nos também quase óbvio que o *De Ysidoro, II partes* (n.º 7) terá de interpretar-se como sendo as *Etimologias*, em dois volumes.

Com atribuição a Isidoro regista-se ainda no n.º 34 a *Prefatio Ysidori in Libro Testimoniorum de Christo*. O registo copia certamente o incipit do *Isaiae Testimonia de Christo Domino*, cuja tradição manuscrita, como se sabe, não remonta além do séc. XII¹⁵. Provavelmente também aqui não seria a única obra existente no códice, dada a sua exiguidade (PLS 4, 1822-1839).

¹² RENÉ WASELYNCK, «Les Compilations des Moralia in Job du VII.e au XII.e siècle», *Recherches de Théologie Ancienne et Médiévale*, 29, 1962, 5-32; GABRIELLA BRAGA, «Problemi di autenticità per Oddone di Cluny: l'Epitome dei Moralia di Gregorio Magno», *Studi Medievali*, 18, 1977, fasc. 2.º, 45-145.

¹³ RICHARD H. & A. ROUSE, «Biblical Distinctions in the thirteenth century», *A.H.D.L.M.A.*, 41, 1974, 27-37; RICHARD H. ROUSE, «Cistercian aids to Study in the thirteenth century», *Studies in Medieval Cistercian History*, II, 1976, 123-134; A. WILMART, «Les allégories sur l'Écriture attribuées à Raban Maur», *Revue Bénédictine*, 32, 1920, 47-56.

¹⁴ RICHARD H. ROUSE & MARY A. ROUSE, «Statim invenire: Schools, Preachers and new attitudes to the Page», in *Renaissance and Renewal in the twelfth century*, eds. Robert L. Benson & Giles Constable, Oxford, 1982, pp. 201-225.

¹⁵ Cf. M. C. DIAZ Y DIAZ, na introdução a *San Isidoro de Sevilla, Etimologías*, Madrid, BAC, 1982, p. 162.

As *Vitas Patrum*, do n.º 10, com a particularidade morfológica que apresentam, mantida pela tradição hispânica, é presumivelmente o livro das *Vitas Patrum Emeretensium*¹⁶ embora seja também admissível a hipótese de estarmos perante o Livro V de Rosweidus.

O n.º 12, *Barlaam*, é, sem dúvida, o *Liber gestorum Barlaam et Josaphat*, cuja difusão medieval, a partir de 1050, está bem atestada em mais de 60 manuscritos conhecidos¹⁷.

Por seu lado, o *Ovidius Maior*, do n.º 33, tem de ser identificado com as *Metamorfoses* ovidianas, segundo a designação conhecida na Idade Média e que podemos encontrar, por ex., na *Grande e General Estoria* de Afonso, o Sábio, ou no *Convivium* (3,3,7) de Dante¹⁸.

No n.º 54, entre os dois livros emprestados para a Sé de Viseu, está o *Pastoralis* e um *Prosper*. Se quanto ao primeiro não restarão dúvidas de que se tratará da *Regula Pastoralis* (PL, 77, 13-128), quanto ao segundo ficaremos hesitantes, pois, se não seria inverosímil compreender as *Sententiae ex operibus Sancti Augustini*, seria também admissível estarmos perante um livro de *Crónicas* começado justamente pelo *Chronicon* de Próspero (PL 45, 1859). A existência de *Orosius* (n.º 59) emprestado ao Abade de Santiago poderá ser um indício, ainda que longínquo, do interesse por temas históricos, interesse que justamente em Santa Cruz de Coimbra serviria para nos conservar os *Annales Portugaleses Veteres*¹⁹.

Torna-se arriscado emitir um juízo relativamente às rasuras feitas sobre alguns registos, nomeadamente quanto ao momento em que foram realizadas. Admitir a hipótese de um engano, prontamente sanado, não condiz com outro recurso utilizado, como é o da subpontuação. Aceitar que se tenham incluído livros eventualmente emprestados a S. Vicente confirmaria a hipótese de o executante do inventário o ter realizado num momento de entrada em funções sem ter ainda um conhecimento preciso das espécies realmente pertencentes ao mosteiro. Com esta hipótese se explicariam melhor as hesitações, os erros ocasionais, os entrelinhados para acrescentos, as indicações de uso.

¹⁶ Cf. JOSEPH N. GARVIN, *The Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium — text and translation with an introduction and commentary*, Washington, 1946 (diss.).

¹⁷ Cf. JEAN SONET, *Le Roman de Barlaam et Josaphat — Recherches sur la tradition manuscrite latine et française*, Lovaina, 1949.

¹⁸ Cf. PAUL RENUCCI, *L'Aventure de l'Humanisme Européen au Moyen Age*, Clermont-Ferrand, 1953, p. 71 e 114 (n. 148); D. COMPARETTI, *Vergil in the Middle Ages*, rep. Hamden, 1966, p. 244 (n. 5).

¹⁹ PIERRE DAVID, *Études sur la Galice et le Portugal*, Lisboa, 1947, p. 257-340.

3. Seja como for, e não obstante as restrições assinaladas, de alguma maneira, a materialidade do registo parece dar uma imagem virtual da movimentação da livraria de mosteiro de S. Vicente, no momento em que a segunda geração de cónegos regrantes o habita²⁰.

À data do inventário, dos 116 volumes disponíveis, 94 estavam em depósito, 13 estavam na posse de cónegos do mosteiro, 9 tinham sido emprestados a várias entidades (Sé de Viseu, Santa Cruz de Coimbra, Reitor da igreja de S. Tomé, Abade de Santiago, em Lisboa, entre outros). Por outro lado, a admitir que as rasuras ficaram a dever-se à inclusão indevida de espécies que não eram propriedade do mosteiro, admitiremos também, por hipótese ao menos, que os cónegos regrantes de S. Vicente não se privavam dos recursos bibliográficos eventualmente apenas acessíveis por empréstimo²¹.

Se nos voltarmos mais directamente para o elenco dos livros do inventário, parece ainda possível assinalar algumas linhas de orientação actuautes nessa livraria do mosteiro de S. Vicente.

Aos livros litúrgicos já fizemos referência quando indicámos que constituem um grupo perfeitamente à parte. Constituem-no 9 Saltérios, 3 Sacramentários de missas festivas, 4 Sacramentários de missas privadas, 3 Evangeliários das festas, 3 Epistolários, 2 Leccionários das festas, 2 Leccionários dos domingos, 2 Prosários (ou Tropários), 4 Oficiais (que interpretaremos como Livro do Ofício, ou Saltério do Coro²², com Antífonas, capítulas, cânticos e responsórios), 5 Antifonários, 2 Colectários, 3 Oferendários, dos quais um de menores proporções que os outros, para os cortejos ou procissões, 1 Ritual começado pela bênção da água, 2 Livros para o Ofício dos Defuntos, 1 Livro do Capítulo (ou *Consuetudines* com a Regra, segundo a nossa interpretação). Ao todo 46 volumes litúrgicos.

Um outro grupo é formado por livros de Direito: 1 *Liber Canonum* (provavelmente a *Collectio Hispana*), 6 volumes de Decretais (três da I Compilação Antiga e um da II Compilação Antiga), 3 volumes do Decreto de Graciano. Por junto, 10 volumes de Direito²³.

Um terceiro conjunto é constituído por livros de teologia bíblica. Compreende vários tipos bibliográficos:

²⁰ Recorde-se que o mosteiro foi criado após a conquista da cidade pelo rei D. Afonso Henriques em 1147.

²¹ Faltam-nos infelizmente outros dados catalográficos paralelos que possam comprovar e esclarecer semelhante situação.

²² ANDREW HUGHES, *Medieval Manuscripts for Mass and Office — A Guide to their organization and terminology*, Toronto, 1982, p. 119.

²³ Esta interpretação cabe por inteiro a ISAIAS DA ROSA PEREIRA, *loc. cit.*.

a) Comentários Patrísticos: Comentário de Sto. Agostinho aos Salmos; Comentário de Sto. Ambrósio ao Salmo 118; *Os Moralia in Job* de S. Gregório Magno; *O Liber Odonis Abbatis* (trate-se das *Collationes* ou da *Excerptio Moraliu(m)*); o *Liber Testimoniorum de Christo*, de Isidoro; eventualmente, um Comentário ao Cântico dos Cânticos. Ao todo, 6 volumes.

b) Comentários de Glosas e *Distinctiones*: 6 Saltérios glosados; 2 volumes de Epístolas Paulinas glosadas; 1 Evangelho de Mateus glosado; a *Summa Angelus* de Garnier de Rochefort; e *Summa Abel* de Pedro Cantor. A soma atinge 11 volumes. De notar, neste âmbito, que o tipo de livros glosados coincide com os da primitiva constituição da glosa bíblica²⁴. Não será, de resto, sem importância registar que a indicação mais antiga de um legado de glosas bíblicas a uma igreja portuguesa é feito em Paris no ano de 1175 e é constituído pelas Glosas a Mateus²⁵. Dez anos mais tarde, em 1185, o Bispo do Porto, D. Fernando Martins, deixa em testamento à Sé de Braga, entre outros livros, também um *Psalterium Glosulatum*²⁶. Aqui, no inventário de S. Vicente, deverá apontar-se uma outra particularidade: a atribuição de uma Glosa ao Saltério a Bernardo de Orleães, nome que não lográmos identificar²⁷.

c) Os Livros Bíblicos propriamente ditos compreendem no inventário: Bíblia, em 4 vols.; Epístolas Paulinas, 1 vol.; o Livro de Isaías (incompleto); dos Saltérios, além dos já referidos para uso litúrgico, assinalam-se mais 11 que estão nas mãos de particulares. Nem todos estes Saltérios certamente se destinariam a usos escolares, pois um está com o Abade Soeiro, outro com Gonçalo Moniz a quem foi emprestado também um outro livro.

O grupo escolar, por seu lado, e confirmando a advertência que fazemos, parece não estar vinculado ao grau elementar. Por ordem de entrada, reconhecemos como pertencendo-lhe: Papias, em dois volumes; *Etimologias* de Isidoro, em 2 vols.; *De miseria conditionis humanae* (a admitir-se evidentemente a equivalência que acima

²⁴ CHRISTOPHER DE HAMEL, *Glossed Books of the Bible and the origins of the Paris booktrade*, Suffolk, 1984.

²⁵ Consta do chamado Livro das Calendas — Necrológio da Sé de Coimbra a doação do Cônego Martinho aos cônegos da catedral de Coimbra, feita por testamento em Paris, naquela data de 1175. Cf. PIERRE DAVID & T. SOUSA SOARES (eds.), *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)*, I, Coimbra, 1947, p. 79.

²⁶ *Censal do Cabido da Sé do Porto*, p. 385-386, cit. ap. I. ROSA PEREIRA, «Livros de Direito...», p. 19.

²⁷ A forma «Bernaldi», com dissimilação nada tem de estranho na grafia do tempo.

postulámos para a entrada do n.º 22); 2 Sermonários; Ovidius Maior (*Metamorfoses*); Prisciano. A acrescentar também nesta rubrica, e hipoteticamente, com as reservas acima apontadas, o *Graecismus* de Evrardo de Betunia. Incluiríamos igualmente aqui as *Sententiae* do n.º 25, muito embora o anonimato não permita ajuizar do grau de pertinência de tal inclusão.

Ainda que nem todos os elementos sejam plenamente explícitos também neste campo, parece claro que o ambiente escolar de S. Vicente no séc. XIII é amplo e se projecta no nível superior. A comprová-lo está a presença de Ovídio (necessariamente integrado pelo comentário alegórico), o recurso aos Sermonários, como forma de preparação pastoral, a utilização de Isidoro, de Papias e Prisciano, e, hipoteticamente, de Evrardo ou ainda abrangendo a temática do *Contemptus mundi* veiculada pelo *De miseria conditionis humanae* ou também pelas *Sententiae*²⁸.

A lição de gramática propendia necessariamente para a formação espiritual e apostólica. No sentido da *cura animarum* entenderemos o relevo dado à presença de obras jurídicas ou de comentários bíblicos. Com o objectivo da *aedificatio*, tanto na proposta de modelos como na modulação de comportamentos, incluiremos ainda: *Vitas Patrum Emeretensium*; *Clastrum animae*, de Hugo de Folieto; o *Livro de Barlaam e Josafat*; *Liber Dialogorum*, de S. Gregório Magno; *De institutione novitiorum*, de Hugo de S. Victor; *De conflictu vitiorum et virtutum*, de Ambrósio Autperto (atribuído a Sto. Agostinho, como era corrente na Idade Média); *De itinere* de Ildelfonso de Toledo (sob reserva, como foi apontado); Orósio e, eventualmente, um Livro de Crónicas, entre as quais se contaria, em primeiro lugar, o *Chronicon* de Próspero.

No conjunto, obtemos um quadro compósito, onde cabe a tradição hispânica, a mensagem victorina, o imaginário oriental, a lição monástica de Gregório Magno e a lição da história de Orósio.

Neste alargamento de horizontes culturais se há-de entender também a associação que em S. Vicente se faz do comentário patrístico com a glosa universitária, da leitura das *Metamorfoses* de Ovídio com o texto de Inocência III, da Compilação Hispana com as Decretais e destas, no seu conjunto, com aqueles.

²⁸ Para esta temática e sua intervenção na escola medieval veja-se R. BULTOT, «La Chartula et l'enseignement du mépris du monde dans les écoles et les universités médiévales», *Studi Medievali*, 3.ª ser., 8, 1967, 787-834.

Não ignoravam, por certo, os cónegos regulares de S. Vicente os interditos eclesiásticos a si respeitantes relativamente à aprendizagem e prática do Direito civil e também a eles não quadrariam as censuras do franciscano inglês Rogério Bacon²⁹. Em contrapartida, as artes de gramática (talvez mesmo a retórica dos sermonários), a teologia bíblica e o direito canónico parecem formar um leque equilibrado e relativamente largo de conhecimentos, pelo menos para as possibilidades que se nos afiguram tenham sido as de uma cidade de periferia como era a de Lisboa no séc. XIII. Quaisquer que tenham sido as relações mantidas por S. Vicente com alguns centros culturais europeus, uma coisa parece indesmentível: as tendências culturais do resto da Europa também ali estavam presentes.

AIRES AUGUSTO NASCIMENTO

²⁹ Recordados nomeadamente por PHILIPPE DELHAYE, «L'Organisation scolaire au XII^e siècle», *Traditio*, 5, 1947, 211-268.

APÊNDICE

LIVROS DO MOSTEIRO DE S. VICENTE DE FORA DE LISBOA
Porto, B.P.M., Cod. 707, fl. 92

Hii sunt libri monasterii Sancti Vincencii:

1. Liber Capituli.
2. Quatuor partes de Bibliotheca.
3. Expositio Sancti Augustini de Beatus vir, [et sunt due partes: *exp. eras.*]
et sunt IIII.or partes.
4. De Papias, II partes.
5. De Moraliū Job, II partes.
6. De Psalteriis glosulatis, IIII.or.
7. De Ysidoro, II partes.
8. Omelie per quas legunt ad mensam in dominico.
9. Angelus.
10. Vitas Patrum.
11. Clastrum anime.
12. Barlaam.
13. Liber Canonum.
14. Beati immaculati.
15. Liber Odonis Abbatis.
16. Psalterium glosulatum Bernaldi Aurelianensis.
17. Glosarius super epistulas Pauli.
18. Epistulas Pauli.
19. Liber Dialogorum.
20. Liber Augustini De conflictu vitiorum.
21. Evangelia glosulata super Matheum.
22. De iure constitutionis nature humane.
23. De institutione novitiorum.
24. III [*ad. sup. lin; eras.* Quatuor] Custumes (?) et unus illorum est uetus
[*postea. plura uerba erasit*]
25. Sentencie veteres.
26. Quedam pars Ysaye.
28. Epistule canonice.
29. Cantica Canticorum.
30. Quatuor Decretales et III sunt prime [*ad. sup. lin.* II magistri Pelagii]
et una est media.
31. I Decreta.
32. II Sermonariū.
33. Ovidius Maior

34. Prefatio Ysidori in Libro Testimoniorum de Christo.
35. Abel.
36. Novem Psalterii.
37. Tres Sacramentarii maiorum missarum [*ad. sup. lin. sunt de festis*].
38. Quatuor Sacramentarii privatarum missarum.
39. Tres Evangeliorum [*ad. sup. lin. sunt de festis*].
40. Tres Epistularum [*ad. sup. lin. sunt de festis*].
41. Duo Lectionarii de festis.
42. Duo de dominicis diebus.
43. Duo Prosarii.
44. Quatuor [O]ficiales.
45. Tres Antifanales.
46. Duo Colletanei.
47. Duo Offerendarii, et alius minor de pompis.
48. Liber per quem benedicunt aquam.
49. Duo libri per quos [benedicunt aquam *exp.*] sepe liunt mortuos.
50. Isti [*ad. sup. lin; eras. Alii*] sunt Psalterii quos secum fratres habent:
Vincencii Iohannis, Gonsalvi Gonsalvi, Pelagii Petri, Iohannis Iohannis,
Dominici Munionis, Domni Benedicti, Dominici Pelagii, Gonsalvi Munionis,
Suerii Abbatis, Iohannis [*postea uerba eras.*].
51. Liber Maurilini de itinere.
52. Gonsalvi Munionis de itinere [*postea uerba eras.*].
53. Pri[s]cianus [*postea uerba eras.*].
54. Apud Visensem sedem, Pastoralis et Prosper.
55. Apud Sanctam Crucem, Psalterium glosulatum.
56. Apud Petrum Pelagii, rectorem Sancti Thome, quedam Decretales.
57. Apud Egidium Roderici, Decreta.
58. Apud Durannum Frogie, Decretales et Decreta.
59. Apud Petrum, Abbatem Sancti Jacobi, Orosius.
60. Apud Ricardum Almadane I Psalterium.

